

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.435 - SP (2019/0284481-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE LONDRINA - SJ/PR
INTERES. : ORLANDO SOUZA SANTOS
ADVOGADO : WILSON LOPES DA CONCEICAO - PR021643
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 13ª Vara de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (suscitante) e o Juízo Federal da 4ª Vara de Londrina - SJ/PR (suscitado).

Consta dos autos que, em 19/10/2017, Orlando Souza Santos ajuizou, contra a Fazenda Nacional, ação anulatória para ver reconhecida a ilegalidade da cobrança, pelo regime de caixa, do imposto de renda relativo a valores percebidos acumuladamente em razão da procedência da ação ordinária 2003.70.01.009589-8 (fl. 15/19). Esse feito foi inicialmente distribuído para o Juízo Federal da 4ª Vara Federal de Londrina da Seção Judiciária do Paraná, que, reconhecendo "*de ofício, a conexão existente entre os presentes autos e a Execução Fiscal 0060462-88.2014.4.03.6182*" (fl. 247), declinou da competência e determinou a remessa dos autos para a justiça federal paulista na qual tramita o mencionado feito executivo, em virtude da relação de prejudicialidade entre as demandas executiva e anulatória.

O Juízo Federal da 13ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo/SP, a seu turno, suscitou o conflito, aduzindo que, "*não obstante a existência de conexão entre a ação declaratória e o respectivo executivo fiscal, não é possível a reunião dos feitos para julgamento em conjunto, em virtude da competência especializada do Juízo, revestida de natureza absoluta e, portanto, improrrogável*" (fl. 6).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 268/269, opina seja declarada a competência do Juízo Federal da 4ª Vara de Londrina (suscitado).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Cinge-se a controvérsia em definir qual o juízo competente para julgar

Superior Tribunal de Justiça

ação ordinária ajuizada por contribuinte posteriormente à execução fiscal de cujos créditos tributários pretende ser desonerado do pagamento.

Sobre o tema, este STJ firmou a compreensão no sentido de que: (I) verificada a conexão entre a ação de oposição do devedor e a execução fiscal, é possível a reunião de processos em virtude da relação de prejudicialidade existente, recomendando-se o *simultaneus* processos, a fim de se evitarem decisões conflitantes; (II) correndo em separado ações conexas perante Juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se preventivo aquele que despachou em primeiro lugar (art. 106 do CPC/73), desde que essa reunião não esbarre no critério funcional de competência, a saber, quando um dos juízos é especializado em razão de determinada matéria (art. 102 do CPC/73).

Nessa linha de entendimento, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA ANTERIORMENTE. CONEXÃO. NORMA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. EXISTÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA PARA JULGAR EXECUÇÕES FISCAIS. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE.

*1. Esta Seção, ao julgar o CC 106.041/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJe de 9.11.2009), enfrentou situação semelhante à dos presentes autos, ocasião em que decidiu pela impossibilidade de serem reunidas execução fiscal e ação anulatória de débito precedentemente ajuizada, quando o juízo em que tramita esta última não é Vara Especializada em execução fiscal, nos termos consignados nas normas de organização judiciária. No referido julgamento, ficou consignado que, em tese, é possível a conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal, em virtude da relação de prejudicialidade existente entre tais demandas, recomendando-se o *simultaneus processus*. Entretanto, nem sempre o reconhecimento da conexão resultará na reunião dos feitos. A modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos em que a competência for relativa e desde que observados os requisitos dos §§ 1º e 2º do art. 292 do CPC. A existência de vara especializada em razão da matéria contempla hipótese de competência absoluta, sendo, portanto, improrrogável, nos termos do art. 91 c/c 102 do CPC. Dessarte, seja porque a conexão não possibilita a modificação da competência absoluta, seja porque é vedada a cumulação em juízo incompetente para apreciar uma das demandas, não é*

possível a reunião dos feitos no caso em análise, devendo ambas as ações tramitarem separadamente. Embora não seja permitida a reunião dos processos, havendo prejudicialidade entre a execução fiscal e a ação anulatória, cumpre ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9º da Lei 6.830/80.

2. Pelas mesmas razões de decidir, o presente conflito deve ser conhecido e declarada a competência do Juízo suscitado para processar e julgar a ação anulatória de débito fiscal.

(CC 105.358/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 22/10/2010)

PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA ANTERIORMENTE. CONEXÃO. NORMA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. EXISTÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA PARA JULGAR EXECUÇÕES FISCAIS. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE.

1. Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o juízo da 4ª Vara Federal de Santos/SP, suscitante, e o juízo da 1ª Vara Federal e Juizado Especial Cível de Foz do Iguaçu/PR, suscitado, nos autos de execução fiscal movida pela União Federal.

Discute-se a possibilidade de serem reunidas execução fiscal e ação anulatória de débito precedentemente ajuizada, quando o juízo em que tramita esta última não é vara especializada em execução fiscal, nos termos consignados em norma de organização judiciária.

2. Em tese, é possível a conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal, em virtude da relação de prejudicialidade existente entre tais demandas, recomendando-se o simultaneus processus. Precedentes.

3. Entretanto, nem sempre o reconhecimento da conexão resultará na reunião dos feitos. A modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos em que a competência for relativa e desde que observados os requisitos dos §§ 1º e 2º do art. 292 do CPC.

4. A existência de vara especializada em razão da matéria contempla hipótese de competência absoluta, sendo, portanto, improrrogável, nos termos do art. 91 c/c 102 do CPC. Dessarte, seja porque a conexão não possibilita a modificação da competência absoluta, seja porque é vedada a cumulação em juízo incompetente para apreciar uma das demandas, não é possível a reunião dos feitos no caso em análise, devendo ambas

Superior Tribunal de Justiça

as ações tramitarem separadamente.

5. Embora não seja permitida a reunião dos processos, havendo prejudicialidade entre a execução fiscal e a ação anulatória, cumpre ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9º da Lei 6.830/80.

6. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo suscitado.

(CC 106.041/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 09/11/2009)

Na espécie, havendo vara especializada para julgar as execuções fiscais (Juízo Federal da 13ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo/SP), a qual detém competência absoluta em razão da matéria, não é possível haver a reunião entre a ação anulatória e o feito executivo.

No entanto, constatando-se haver prejudicialidade entre as mencionadas demandas, "*cumpre ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9º da Lei 6.830/80*" **(CC 106.041/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 09/11/2009)**

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo Federal da 4ª Vara de Londrina - SJ/PR (suscitado).

Publique-se e comunique-se, dando-se ciência aos Juízos envolvidos e ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator